

ACM e Arruda denunciados

Da Redação

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, confirmou ontem denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o deputado federal José Roberto Arruda (PFL-DF) e a funcionária pública Regina Célia Pires Borges pela violação do painel eletrônico do Senado, ocorrida em 2000. A denúncia foi encaminhada à ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal (STF), que vai analisar o caso. ACM e Arruda (na época senador pelo

PSDB) renunciaram aos mandatos para evitar a cassação dos direitos políticos.

Brindeiro lembra que "a gravidade dos fatos narrados" provocou "renúncia ao exercício do mandato pelos primeiros dois denunciados (*ACM e Arruda*). E afirma: "A renúncia evidencia indício da prática criminosa possivelmente perpetrada pelos denunciados Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Aliás, este último é firme em confirmar a autoria das violações".

O senador Roberto Saturnino Braga (PT-RJ) apresentou relatório ao Conselho de Ética do Se-

nado pedindo a abertura de processo de cassação do dois por quebra de decoro parlamentar em 2001. Regina Borges, na época diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), acusou Arruda de ter pedido sob orientação de ACM a lista de como votaram os senadores na sessão secreta que cassou o mandato do senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Arruda confirmou a versão, mas ACM disse que apenas recebeu a lista de votação e não participou da violação. Em 2002, Arruda elegeu-se o deputado federal mais votado pelo Distrito

Federal e ACM reelegeu-se senador. O senador baiano enfrenta agora a acusação de ter sido mandante de escutas ilegais na Bahia, que teriam grampeado inimigos políticos. As novas acusações podem forçá-lo a uma segunda renúncia.

Arruda e ACM estavam fora de Brasília e não foram localizados pela reportagem na tarde de ontem. A assessoria do deputado informa que o oferecimento de denúncia não traz fato novo ao caso e não altera a linha de defesa adotada pelos advogados. A assessoria do senador preferiu não comentar o episódio.

28 FEV 2003

CORREIO BRAZILIENSE